

□ Orçamento

Pode ser congelada despesa com pessoal

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1990, que a Comissão Mista de Orçamento do Congresso começa a discutir hoje, poderá congelar, em termos reais, os gastos do governo com pagamento de pessoal. Segundo fontes do Congresso, o relator da comissão, deputado José Serra (PSDB-SP), pretende incluir na lei um dispositivo que limite a folha de pagamento do governo aos mesmos valores de 1989, corrigidos pela inflação.

A Constituição só impede os gastos com pessoal acima de 65% da receita disponível do governo, o que pode tornar a proposta de Serra mais rigorosa.

A LDO poderá exigir ainda do Executivo uma lista completa de todos os funcionários pagos com recursos do Tesouro, na administração direta, fundações, autarquias e empresas estatais.

Outro dispositivo em discussão na LDO restringe o empenho de recursos (compromisso

de pagamento) do orçamento de 90, até 15 de março do ano que vem, a um sétimo da despesa total de cada item. Se aprovada, essa medida protegerá o futuro presidente da República, que será eleito a 15 de novembro, e impedirá o governo atual de esgotar os recursos orçamentários nos dois meses e meio em que ficará no poder em 90 até a posse do presidente eleito.

José Serra deveria ter apresentado ontem um projeto substitutivo à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias enviada pelo Executivo, mas pediu um adiamento de 24 horas para terminar seu relatório. O deputado deverá acolher cerca de 70% das mais de 800 emendas apresentadas ao projeto do Executivo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi criada pela Constituição de 88 e esta é a primeira vez que é apresentada ao Congresso. Ela define metas e prioridades do governo para a elaboração da Lei de Orçamento propriamente dita, a ser apresentada ao Congresso até 31 de agosto.